



No início de 08/1995, cerca de 600 camponeses ocuparam a Fazenda Santa Elina, um latifúndio improdutivo em Corumbiara (RO). Na madrugada do dia 9, pistoleiros e policiais militares com os rostos cobertos iniciaram ataques ao acampamento. O número oficial de mortos no **massacre de Corumbiara** é de 16 pessoas, entre elas uma criança de nove anos e dois policiais. Houve ainda sete desaparecidos e cinquenta e cinco posseiros gravemente feridos. O número de mortos pode ser muito maior, pois amostras recolhidas pelo bispo de Guarajá Mirim, dom Geraldo Verdier, confirmaram a cremação de corpos humanos no acampamento da fazenda.



Dois camponeses foram condenados na ocasião, pela morte dos dois policiais. Em abril de 2014 a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) aprovou proposta que concede anistia aos trabalhadores rurais e policiais militares de Rondônia envolvidos no Massacre de Corumbiara. Quanto à Fazenda Santa Elina, foi desapropriada em 2011 para fim de reforma agrária e por indenização aos graves danos. Lá estão assentadas 417 famílias, nas áreas denominadas Zé Bentão e Maranató.









Em 04/1996 famílias sem terra faziam uma marcha a Brasília para exigir a desapropriação da fazenda Macaxeira, em Curionópolis (PA), ocupada por 1.500 famílias. Na tarde do dia 17 de abril de 1996, cerca de 1100 trabalhadores interditavam a rodovia PA-150. O então governador Almir Gabriel deu ordem de “desobstrução da via”, executada com truculência pela Polícia Militar do Estado do Pará, em ação comandada pelo Coronel Mário Colares Pantoja e o Major José Maria Pereira Oliveira. Os trabalhadores rurais foram impedidos pela PM na chamada curva do “S”, conhecida mundialmente como local do massacre de 21 pessoas.

Dos 155 acusados pelo massacre, 142 foram absolvidos, 11 foram retirados do processo e apenas o Coronel Mário Colares Pantoja e o Major José Maria Pereira Oliveira foram condenados em 2002. O então Governador e o Secretário de Segurança Pública, responsáveis políticos pela chacina, não foram sequer indiciados. Somente em 2006 no governo de Ana Julia Carepa, as famílias que foram vítimas das atrocidades cometidas pela Polícia Militar do Pará no massacre de Eldorado dos Carajás obtiveram do governo as indenizações





Foto Júlio Rocha
Arquivo pessoal





Em 05/2004, cerca de 3 mil famílias ocuparam uma área particular no Setor Parque Oeste Industrial, em Goiânia (GO). Em fevereiro do ano seguinte, uma ordem judicial concedeu a reintegração de posse e determinou a desocupação do local. A situação terminou de forma trágica com o confronto entre polícia e moradores em 16/02/2005. Participaram da Operação 1,8 mil policiais, que em uma hora e quarenta e cinco minutos despejaram violentamente cerca de 14 mil pessoas. Na chamada “Operação Triunfo”, 800 pessoas foram detidas, 12 ficaram feridas e duas morreram.

No início de 2014, a Justiça de Goiás decidiu que não iriam a júri popular os seis policiais militares denunciados pelo envolvimento na morte de duas pessoas durante a desocupação. Em junho, o Tribunal de Justiça de Goiás (TJ-GO) absolveu o tenente-coronel José Divino Cabral, o sargento Rorion Alves Martins, o tenente Weldel de Jesus Costa, os capitães Alessandri da Rocha Almeida e Wilmar Rubens Alves Rodrigues e o tenente Eduardo Bruno Alves.



TODOS PAGAM POR
SEUS CRIMES.
POR QUE NÃO O
ESTADO?







Em 2004, trabalhadores sem teto da região do Vale do Paraíba ocuparam uma propriedade privada abandonada de 1,3 milhão de metros quadrados. O terreno supostamente pertencia a uma massa falida da Selecta SA, que tem como proprietário Naji Nahas. No dia 22/01/2012, dois mil policiais militares contando com auxílio da guarda civil realizaram a desocupação violenta do Pinheirinho, que já contava com cerca de 6 mil moradores. 30 pessoas foram detidas, um rapaz foi baleado e gravemente ferido e outros moradores foram encaminhados para o hospital.

Em julho de 2013, a Corregedoria da Polícia Militar de São Paulo indiciou 14 PMs acusados de agressão, tortura e abuso sexual contra moradores de São José de Campos (SP). Entre os indiciados está um policial do Comando de Operações da Polícia Militar (Copom) de São José dos Campos, acusado de prevaricação (quando um funcionário público deixa de cumprir a função). Ele atendeu a um chamado, pelo telefone 190, de uma das vítimas, e não deu a devida atenção ao caso. Dois policiais, entre eles um tenente e um sargento, foram indiciados por abuso sexual.







LATA 2012

UM BRINDE
A ESPECULAÇÃO
IMOBILIÁRIA!



Em meio aos protestos de 06/2013 contra os aumentos de tarifas do transporte público pelo Brasil, a manifestação em São Paulo no dia 13 foi marcada por forte violência policial. Segundo a delegada Victória Lobo, titular da 78º DP (Jardins), 241 pessoas foram detidas, cerca de 40 antes mesmo de o protesto começar, principalmente pelo porte de vinagre. Segundo o Movimento Passe Livre, pelo menos 100 pessoas ficaram feridas, dentre elas sete jornalistas da Folha de São Paulo.

A repórter Giuliana Vallone, da TV Folha, foi atingida no olho por uma bala de borracha disparada por policiais militares da Rota (Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar). Outro repórter da Folha, Fábio Braga, também foi atingido no rosto por disparos de bala de borracha no centro da cidade. O fotógrafo Sérgio Silva, da agência Futura Press, foi atingido por uma bala de borracha no olho e perdeu a visão.





